



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003929-36.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**
Requerente: **MARIA JOSÉ DA SILVA TOBAR**
Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que teve o cartão bancário furtado, elaborando pouco depois Boletim de Ocorrência e informando em seguida o réu do que havia acontecido.

Alegou ainda que não obstante algumas compras foram na sequência realizadas, além de um saque no importe de R\$ 2.000,00 e um empréstimo de R\$ 1.896,00.

As preliminares suscitadas pelo réu em contestação não merecem acolhimento.

Isso porque a solução da lide prescinde da realização de perícia, como adiante se verá, e porque o processo é à evidência útil e necessário para a finalidade desejada pelo autor, como patenteia a oferta de substancial resposta pelo réu, presente em consequência o interesse de agir.

Rejeito as prejudiciais arguidas, pois.

No mérito, o documento de fls. 02/03 prestigia as alegações da autora a propósito do furto de seu cartão de crédito, nada de concreto se contrapondo ao mesmo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Já os de fls. 04/05 confirmam o saque feito em seguida no total de R\$ 2.000,00 e a contratação de empréstimo.

O réu, de sua parte, sustentou na contestação a inexistência de demonstração da fraude invocada pela autora com a utilização indevida de seu cartão de crédito, além de assinalar que em caso contrário seria tão vítima da mesma como ela.

Assim posta a matéria discutida, reputo que tocava ao réu fazer prova da regularidade das transações questionadas pela autora, seja em face do que dispõem os arts. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e 373, inc. II, do Código de Processo Civil, seja porque seria inexigível à autora a demonstração de fato negativo.

Aliás, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou nesse sentido ao apreciar hipótese semelhante à dos autos:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SAQUES SUCESSIVOS EM CONTA CORRENTE. NEGATIVA DE AUTORIA DO CORRENTISTA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. É plenamente viável a inversão do ônus da prova (art. 333, II do CPC) na ocorrência de saques indevidos de contas correntes, competindo ao banco (réu da ação de indenização) o ônus de provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Incumbe ao banco demonstrar, por meios idôneos, a inexistência ou impossibilidade de fraude, tendo em vista a notoriedade do reconhecimento da possibilidade de violação do sistema eletrônico de saque por meio de cartão bancário e/ou senha. Se foi o cliente que retirou o dinheiro, compete ao banco estar munido de instrumentos tecnológicos seguros para provar de forma inegável tal ocorrência. Recurso especial parcialmente conhecido, mas não provido." (STJ - REsp 727.843/SP, 3ª Turma, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, j. em 15.12.2005).

Outrossim, é certo que a comprovação a cargo do estabelecimento bancário haverá de ser consistente, porquanto *"sem prova segura em sentido contrário, fica mantida a responsabilidade objetiva que deve recair sobre aquele que auferir benefícios ou lucros na atividade que explora (teoria do 'ubi emolumentum', 'ibi onus')"* (TJ-SP, Embargos Infringente nº 7134308-5/01, 24ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **GIOIA PERINI**, j. 06/03/2009).

Nesse contexto, o tipo de prova que se exige em tais situações – independentemente de sua natureza – precisará ser forte o bastante para conduzir a juízo de convicção seguro sobre o detentor do cartão de crédito ter efetuado as transações que se questionam.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Na espécie, o réu não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus de demonstrar que a autora foi a responsável pelos saques impugnados, nada amealhando de concreto que respaldasse suas alegações.

Inexiste nem mesmo indicação de que ela anteriormente já efetuara operações em situações semelhantes, o que poderia ter sido feito com facilidade porque reúne condições técnicas para tanto.

Nem se diga, ademais, que a espécie atinou a culpa **exclusiva** da autora (somente ela poderia beneficiar a ré de acordo com o art. 14, § 3º, inc. II, do CDC) porque mesmo que se reconheça que a mesma possa ter concorrido para a eclosão dos acontecimentos isso não elidiria a responsabilidade da ré em permitir a consumação de transações que fugiam da normalidade do uso do cartão por parte da consumidora.

A conjugação desses elementos firma a certeza de que inexistente lastro sólido a apontar o liame da autora com os fatos noticiados, de modo que à míngua de comprovação idônea sobre o assunto, inclusive através dos mecanismos já assinalados (cotejo com anteriores transações, por exemplo), acolhe-se a pretensão deduzida.

O cancelamento do empréstimo indicado a fl. 01 e de qualquer débito dele oriundo é assim de rigor, a exemplo do ressarcimento à autora do montante que lhe foi indevidamente sacado da conta.

Por fim, observo que a autora não postulou o ressarcimento de danos morais, de modo que as considerações a respeito expendidas pelo réu deixam de ser analisadas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para cancelar o empréstimo mencionado a fl. 01, bem como qualquer débito dele derivado em face da autora, e para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 2.000,00, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro de 2016 (época da realização do saque indevido), e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 06/07, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 28 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**